



CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY

FILIAÇÃO: Maria Helena Dias Fleury
e Hermano Pires Fleury Junior

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 5/1/1945, São Paulo (SP)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante universitário

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Movimento
de Libertação Popular (Molipo)

DATA E LOCAL DE MORTE: 10/12/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo (SP), Carlos Eduardo Pires Fleury era estudante de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e, simultaneamente, de Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atuante contra a ditadura militar instalada no país a partir de abril de 1964, Carlos Eduardo era subcomandante do Grupo Tático Armado da Ação Libertadora Nacional (ALN) quando foi preso, em 30 de setembro de 1969.

Carlos Eduardo foi levado para a sede da Operação Bandeirantes (Oban), sob a alegação de que tinha um encontro na avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Tentou se matar durante uma diligência policial externa de cobertura do “ponto”. A tentativa, porém, não foi bem-sucedida. Carlos foi levado ao hospital e se recuperou; foi, então, levado à prisão para ser novamente torturado.

Em janeiro de 1970, quando já havia sido transferido para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, denunciou as torturas que ele e outros presos sofreram. A denúncia foi feita por meio de uma carta enviada ao então ministro interino da Justiça, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que havia sido seu professor na Faculdade de Direito.

Em junho de 1970, junto com outros 39 presos políticos, foi libertado da prisão em troca do embaixador alemão no Brasil, Von Holleben, sequestrado em uma operação realizada pela VPR e pela ALN. Os libertados

deixaram o país, seguindo inicialmente para a Argélia e, em seguida, para Cuba, onde fizeram treinamento de guerrilha. Em 1971, Carlos Eduardo retornou ao Brasil clandestinamente. Morreu aos 26 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 18 de março de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Carlos Eduardo Pires Fleury. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em sua homenagem, em 2009 seu nome foi registrado em um memorial localizado na entrada do Teatro da Universidade Católica (Tuca), da PUC/SP.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Carlos Eduardo Pires Fleury morreu no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1971, em circunstâncias ainda pouco esclarecidas.

De acordo com a falsa versão apresentada pelos órgãos de repressão, Carlos teria morrido após ser atingido por disparo de arma de fogo, durante um confronto armado com

agentes do Estado, ocorrido nas proximidades do bairro do Méier, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O suposto confronto teria resultado de tentativa de fuga, após abordagem de agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB). O corpo de Carlos Eduardo foi levado ao Instituto Médico Legal do Estado da Guanabara (IML/GB), e registrado com o nome de Nelson Meirelles Riedel. De acordo com o laudo de necropsia, Carlos foi “encontrado morto no interior de um veículo com um tiro”.

Entretanto, a análise do laudo de necropsia e das fotografias da perícia de local demonstrara que Carlos apresentava marcas de algemas nos pulsos, o que indica que foi preso antes de ser morto. Além disso, dos 12 tiros que recebeu, todos são frontais, o que contraria a versão de que teria sido alvejado no interior de um veículo e com um único tiro fatal. Carlos

Eduardo Pires Fleury morreu em decorrência de ação de agentes do Estado brasileiro. Seus restos mortais foram enterrados no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

LOCAL DE MORTE

Praça Avaí, nas proximidades do bairro do Méier, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S)

ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. DOPS/GB

Governador do estado da Guanabara:

Antônio de Pádua Chagas Freitas

Secretaria de Segurança Pública:

General Antônio Faustino da Costa

Diretor-Geral do DOPS do estado

da Guanabara: n/i

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/ TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Elias Freitas.	IML/GB.	Médico-legista.		Emissão de laudo fraudulento.	IML/GB.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004.
Eduardo Rodrigues.	DOPS/GB.	Delegado de polícia.		Acobertamento de execuções.	DOPS/GB.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_085_0075, pp. 1-2.	Informação nº 0643, 30/11/1971.	Centro de Informação da Aeronáutica (CISA).	Informa a identificação, por meio de fotos, do retorno de Carlos ao Brasil e sua participação em determinadas ações, o que aponta para o fato de que ele estava sendo monitorado pelos órgãos de repressão.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, pp. 52-54.	Registro de ocorrência, 10/12/1971.	23ª Delegacia de Polícia.	Apresenta a versão oficial de que Carlos morreu em tiroteio e indica seu nome incorretamente como Nelson Meirelles Riedel. Mas, diferente da nota oficial veiculada, aponta que o DOPS comunicou o fato informando que o comissário Eduardo fazia uma ronda nas proximidades da praça Avaí e que ouvira tiros, dirigindo-se ao local para verificar o que ocorria. Chegando lá, teria encontrado um carro onde, em seu interior, estaria o corpo de um homem baleado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, p. 55.	Ocorrência 928/71—exame de local de morte violenta, 10/12/1971.	Instituto de Criminalística Carlos Éboli.	Exame solicitado pelo DOPS. Confirma a versão oficial de morte em tiroteio, em que Carlos foi encontrado no banco traseiro do automóvel e que, com ele, havia uma arma, indicando que seis cartuchos teriam sido deflagrados.
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, pp. 61-63.	Reprodução fotográfica do corpo nº 6333/71, 10/12/1971.	Instituto de Criminalística Carlos Éboli.	
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, pp. 64-65.	Auto de exame cadavérico, 10/12/1971.	Instituto Médico Legal (IML).	
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, pp. 65-66.	Guia para necrotério do IML nº 235/71, 10/12/1971.	23ª Delegacia de Polícia.	Aponta o encaminhamento de um corpo encontrado no interior de um veículo na praça Avaí. Contudo, o corpo é identificado como sendo de Nelson Meirelles Riedel.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, pp. 67-68.	Esquema de lesões localizadas, 10/12/1971.	Instituto Médico Legal (IML).	Identifica o corpo como sendo de Nelson Meirelles Riedel.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, p. 15.	Óbito, 11/12/1971.	Registro Civil.	
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, p. 69.	Termo de identificação, 11/12/1971.	Instituto Médico Legal (IML).	Identifica que o corpo que deu entrada no IML, pela guia de nº 235/71, era o de Carlos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, pp. 74-78.	Carlos Eduardo Pires Fleury, sem data.	Serviço de Informações/ DOPS/GB.	Apresenta o resumo do acompanhamento feito pelos órgãos de segurança da atuação militante de Carlos até logo depois de sua morte. Informa também sobre a solicitação de prisão preventiva feita pelo Conselho de Justiça Permanente da 2ª Auditoria Militar em 1969, seu indiciamento no inquérito sobre a ALN elaborado pelo DOPS, e que fora trocado pelo embaixador alemão em 1970. Além disso, ressalta sua passagem por Cuba e a identificação de seu retorno clandestino ao Brasil, feito pelo Ministério da Aeronáutica através de fotografias e presente no documento “Informação nº 850”, 2/12/1971.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, p. 46.	Matéria de jornal: “A polícia conta a morte de terrorista”, 11/12/1971.	Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> .	Apresenta a versão oficial sobre a morte de Carlos através da publicação da nota produzida pelos órgãos de segurança.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0004, p. 49.	Matéria de jornal: "Terrorista banido foi morto na GB", 11/12/1971.	Jornal <i>Folha de S.Paulo</i> .	Apresenta a versão oficial sobre a morte de Carlos através da publicação da nota produzida pelos órgãos de segurança.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Carlos Eduardo Pires Fleury morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Carlos Eduardo Pires Fleury, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.